

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Trajétoria do Comércio Informal Ambulante no Centro de Belém/PA (1950-1980): Consolidação de um Modelo Repressivo de Tratamento da Questão Social

Válber de Almeida Pires¹

RESUMO

O estudo analisa a trajetória do comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no centro comercial de Belém de 1950 a 1980. A teoria de base é a da reprodução e trajetória social. A reprodução salienta a tendência dos sujeitos em reproduzir as condições de classe herdadas da família. A trajetória, analisa as posições sociais que os sujeitos ocupam desde as gerações familiares passadas e ao longo da vida. Esta trajetória ocorre dentro de um espaço de ação, o espaço social, que envolve a disputa entre classes diferentes e desiguais por recursos escassos: capital econômico, cultural, social e simbólico. Assim, a reprodução ocorre dentro de um contexto de relações de classe e de poder associadas à manutenção ou elevação do estoque de capital. A metodologia envolveu entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que estão há mais tempo nesta atividade no local, pesquisa bibliográfica em matérias jornalísticas e documental em documentos oficiais. Os resultados mostram que, no período estudado, houve a consolidação de um modelo autoritário de tratamento desta atividade nesta área; e, que este modelo está associado ao conflito que decorre, de um lado, da disputa por recursos econômicos entre estes trabalhadores e os empresários e, de outro, da disputa por recursos simbólicos que interessa aos estratos sociais mais elevados. Agravado em épocas de crise socioeconômica por causa do crescimento deste segmento, conclui-se, entretanto, que a atividade se perpetua por causa de um *habitus* de classe, que é a cultura política democrática superficial das camadas sociais dominantes.

¹ Doutor em Sociologia com Pós-Doutorado em Socioeconomia e sustentabilidade.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a trajetória do comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no Centro Comercial de Belém² –CCB- de 1950 a 1980³. Esta atividade é uma das expressões mais importantes da questão social na cidade de Belém. Sua história é marcada por conflitos que a análise sociológica pode expor como uma das expressões empíricas da disputa entre classes ou estratos sociais pelo controle de capital econômico e simbólico. No lastro desta disputa, consolidou-se, ao longo destas décadas, um modelo repressivo de tratamento, por parte dos estratos superiores da sociedade local, contra esta atividade, modelo que persiste até a atualidade.

O comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no centro comercial tem uma história marcada por conflitos que envolvem choques de interesses entre os agentes que o praticam -trabalhadores ambulantes- e outros agentes da sociedade: autoridades públicas, empresários e a própria população civil.

Há, também, uma história épica submersa, marcada por trajetórias sociais de pessoas comuns, originárias dos segmentos mais subalternos da classe trabalhadora, sem grandes recursos sociais, econômico, políticos e culturais, que labutam diuturnamente pelo seu sustento, o de sua família e para evitar o completo arruinamento social.

Mesmo com os conflitos e os problemas típicos da situação de precariedade, este comércio é a atividade informal que mais cresceu em Belém nas últimas décadas, o que o transformou num importante setor de absorção da força de trabalho local, tanto daqueles trabalhadores que não conseguem ocupações nas atividades formais quanto daqueles que herdaram da família a ocupação ou, ainda, dos que se recusam a trabalhar com registro em carteira⁴.

² Área correspondente ao CCB consta no Anexo 1.

³ Outro artigo com a trajetória desta categoria de trabalhadores de 1990 à atualidade está em fase de conclusão e se seguirá a este.

⁴ Em sua tese de doutorado, Pires (2014) identificou três causas principais de ingresso das pessoas no comércio ambulante: falta de oportunidades nas atividades formais; a “cultura da liberdade”, termo desenvolvido para se reportar aqueles trabalhadores que se recusam a trabalhar na atividade formal porque não querem ter patrão, cumprir horário fixo, ganhar uma renda fixa e que desejam exercer sua criatividade; por fim, o *habitus* de classe, que se aplica aqueles trabalhadores que herdaram da família esta ocupação, uma vez que pais, avós e outros familiares já a praticavam.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Deste modo, a reconstituição da trajetória desta atividade no CCB é requerida não somente para a memória da classe trabalhadora, mas, também, para compreender e explicar a dinâmica desta atividade em Belém, sua relação com o contexto local, regional, nacional e global, assim como sua importância como alternativa de sobrevivência para os segmentos mais subalternos da classe trabalhadora, a sociedade e para a economia local.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS, PROBLEMA E HIPÓTESE

Este é um estudo da história do comércio praticado por trabalhadores ambulantes pelo viés sociológico. Esta é a primeira razão pela qual se optou pelo uso do termo trajetória em alternativa ao de história. Mas, considera-se também este termo mais adequado pelo fato de se tratar da análise da metamorfose desta atividade, no sentido atribuído por Castel (2005), isto é, de um conjunto de mudanças que se processam sobre uma estrutura inalterada, ou, para evocar a famosa fórmula de Lampedusa: “tudo deve mudar para que nada mude”.

O conceito de trajetória social é desenvolvido por Pierre Bourdieu (1996a, 1996b, 2007a, 2007b) para analisar a relação entre “capital de origem e capital de chegada” dos agentes sociais (BOURDIEU, 2007, p.103). Deste modo, a trajetória social é dada pelas propriedades sociais dos sujeitos, dispostas, dentre outros, em forma de capital cultural e econômico, que definem as posições e condições sociais que estes experimentam ao longo da vida.

Pelo estudo das trajetórias sociais dos sujeitos é possível compreender e explicar suas propensões, comportamentos, desempenhos e escolhas, na medida em que é a trajetória que produz efetivamente o *habitus*, isto é, o sistema de disposições, oriundo tanto da cultura do grupo social de origem quanto da socialização no grupo familiar, interiorizado pelos sujeitos e que orienta sua maneira de pensar, sentir e agir⁵ (SETTON, 2002; DUBAR, 2005; BOURDIEU, 1996b, 2007c).

⁵ Reportando-se a esta dupla procedência do *habitus*, Dubar (2005, p.81) observa: “Vê-se claramente que as duas interpretações de *habitus* e de suas “condições objetivas” de produção não são idênticas. Nos dois casos a socialização é uma incorporação duradoura das maneiras “de sentir, de pensar e de agir” do grupo de origem, mas, enquanto no primeiro caso esse *habitus* é concebido como um produto das “condições objetivas” (um filho de operário tem um *habitus* operário), no segundo caso ele é apresentado como uma impregnação de atitudes subjetivas provenientes da descendência familiar”.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Porém, ao mesmo tempo em que produz, a trajetória também é produto do *habitus*, na medida em que são as inclinações próprias deste que se materializam nas estratégias, escolhas e ações dos sujeitos, como tal, nas suas trajetórias. Deste modo, ela não é sincrônica, mas produto de uma diacronia que envolve as relações sociais, as posições e condições de classe, assim como a atuação das gerações passadas sobre a formação e as inclinações das gerações presentes (DUBAR, 2005; BOURDIEU, 1996b, 2007c).

A trajetória social dos sujeitos, que é, propriamente, uma trajetória de classe social, realiza-se dentro de um sistema de ação que constitui o espaço social. Desenvolvido por Bourdieu em alternativa ao conceito de estrutura social, o conceito de espaço social salienta que as posições sociais constituem posições de classe. Assim, este espaço é definido pelas propriedades, materiais e simbólicas, sob a posse dos agentes sociais, propriedades estas que geram efeitos distintivos e posições diferenciadas entre estes agentes.

Neste espaço, encontram-se os recursos socialmente eficientes de reprodução social, que podem ser decompostos, objetivamente, nas formas como capital se apresenta nas sociedades, isto é, capital econômico, social, cultural e simbólico. Estas formas de capital constituem os objetos de disputa entre as classes e os agentes sociais. Como salienta Bourdieu (2007a, p.164)

sendo o espaço físico definido [...] pela exterioridade recíproca das posições (outra maneira de nomear “a ordem da coexistência”, a que se referia Leibniz), o espaço social é definido pela exclusão mútua, ou pela *distinção*, das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (definidas, adiante, como posições na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital) (BOURDIEU, 2007, p.164).

No lastro de Bourdieu, Guimarães (1992) também define o espaço social como “um sistema de relações entre classes de indivíduos, estruturado a partir da posse de diferentes formas de capital, isto é, de dotações ou ativos (culturais, econômicas, sociais, simbólicas) eficientes para garantir vantagens na luta pela apropriação de bens e serviços escassos”.

Deste modo, as classes sociais ou, mais precisamente, os sujeitos que as compõem, para se reproduzir, isto é, reproduzir suas posições sociais, precisam manter os recursos úteis que definem suas condições sociais e seu modo de vida. Como sujeitos racionais, entretanto, há a tendência de que estes busquem, continuamente, elevar o estoque de recursos úteis ou evitar

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

reduzir o mesmo. Ocorre que estes recursos só são alcançados por meio das relações sociais e, assim, os estratos superiores e inferiores entrarão em conflito quando as relações estabelecidas entre eles se mostrarem disfuncionais, isto é, ameaçarem o estoque de recursos ou as possibilidades de elevação deste para um e para outro.

Como um espaço de posições, portanto, o espaço social é, também, um espaço de disputa e afirmação de posições e, assim, de disputa e afirmação de poder, uma vez que os recursos econômicos, simbólicos, sociais e culturais reivindicados por parte daqueles que sofrem sua escassez são negados por parte dos que desfrutam sua abundância. Em ambos os casos são posições de classe que estão em conflito, em disputa, definindo o curso da história.

Deste modo, a trajetória de classe não é a caminhada solitária de uma manada homogênea, mas a síntese desta dialética que envolve disputa e afirmação de posições diferentes e desiguais, a baixo e a cima na estrutura social, de sujeitos que, para se reproduzir socialmente, lutam pela manutenção ou elevação do seu estoque de capital.

2.1. Problema e hipótese

É esta dialética que se persegue na análise da trajetória do comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no CCB. A mesma fica evidente nos conflitos que marcam, ao longo da história, as relações do segmento de trabalhadores desta atividade e os estratos sociais dominantes da sociedade local.

Como se poderá visualizar no desenvolvimento deste estudo, já na virada dos anos de 1940 para os de 1950 esta atividade se encontrava em pleno dinamismo em Belém. Ela constitui uma das expressões da questão social que se instalou em nível local com o fim do ciclo da borracha e a decadência econômica, social e cultural que se seguiu a este episódio.

A crise social associada à econômica e o tratamento dado à primeira por parte das elites dirigentes locais se expressa nas crônicas jornalísticas da época. Vadiagem, vagabundagem, prostituição, mendicância e criminalidade são as faces mais agudas desta crise e a elas é dado um tratamento repressor e não integrador.

No jornal A Província do Pará, por exemplo, uma espécie de porta-voz dos bem-aventurados da época, em matéria de 01 de janeiro de 1950, na coluna Fatos Policiais, lia-se

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que Antônio da Silva e Alcindo Carvalho tinham sido presos por vadiagem. No dia 06 de janeiro do mesmo ano, no mesmo jornal, noticiava-se que José Pedro, Raimundo da Silva, Jonas Arruda e José Alves tinham sido presos por vadiagem, isto é, por perambular sem rumo pelas ruas e praças da cidade. Também no jornal do dia 07 de janeiro noticiava-se a prisão de Antônio Bentes por vadiagem. Estes problemas se agravaram de tal forma que, em matéria do dia 12 de janeiro de 1950, intitulada “Vagabundos nas praças públicas”, o mesmo jornal fazia um discurso apologético da violência e repressão institucionalizada contra os sobrantes da sociedade:

Já chamamos a atenção das autoridades sobre os vagabundos que infestam a nossa capital, ameaçando a integridade física de incautos transeuntes, pelos constantes assaltos noturnos desses elementos indesejáveis [...]. A Praça da República, a mais aristocrática da cidade, lugar de trânsito de turistas e de passantes, está sendo, desde o escurecer, coito de moleques vagabundo e imorais [...]. Ao lado dessa leva de vagabundos, sem lar e sem profissão, os quais devem ser atraídos por Cotijuba, e lá, ainda, os cães vadios, miseráveis, vira-latas, que levam a ladir dentro da noite (*o restante do trecho do jornal estava incompreensível*).

O exemplo anterior não é fato isolado. Em matéria do dia 15 de janeiro de 1950 o jornal volta à guerra jornalística contra os desvalidos do centro da cidade. De acordo com o jornal, os moradores vizinhos da Praça Justo Chermont, no centro da cidade, estavam reclamando contra os “vagabundos” e “ladrões” que ali se conglomeravam dia e noite. Na chamada da matéria, informava-se que “Vagabundos e até ladrões fazem ponto naquele logradouro –Furtos praticados- Outras ocorrências”. Isto é, além de a praça ter se tornado local de encontro destas pessoas, lá ou em suas imediações eles também cometiam furtos e outros delitos.

Outro efeito colateral da crise socioeconômica foi o fortalecimento da religiosidade local e do charlatanismo religioso. Já em 1947, dois anos após a Segunda Guerra Mundial e o mergulho definitivo da economia da borracha na decadência, o jornal A Província do Pará do dia 22 de fevereiro, na coluna Crônica da Cidade, sob o título Coisas que acontecem, informava que Belém estava: “cheia de cartomantes. Na história da nossa cidade nunca se registrou um tão elevado número de casos, de sugestionadores simplórios, que vivem a ditar profecias, impressionando espíritos fracos”.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Ainda neste lastro de crise, houve o crescimento dos jogos de azar, que também mereceu inúmeras manchetes na imprensa local. Assim, no dia 25 de fevereiro de 1947 uma matéria na coluna Fatos Policiais dava conta de que quatro pessoas tinham sido presas, no Ver-o-Peso, por jogar dado a dinheiro. No dia 01 de março de 1947, na mesma coluna, informava-se que “Prossegue intensa a campanha da polícia contra o jogo”. No dia 11 de março do mesmo ano outra matéria dava conta da prisão de várias pessoas que jogavam dados no centro da cidade.

Uma década depois o mesmo jornal publicava, em matéria do dia 01 de abril de 1960, a seguinte matéria: “Jôgo sem licença da polícia em São Brás”, na qual se lia:

O delegado Paulo Teixeira, ora respondendo pelo expediente da 3ª Delegacia-Auxiliar, rondando ante-ontem o parque de diversões instalado no largo de São Brás encontrou várias pessoas, entre as quais menores e estudantes jogando a dinheiro. A autoridade policial notificou os responsáveis pelo jogo clandestino a comparecerem à Polícia, apreendendo farto material, composto de fichas, encerados com marcação de jogo, e até mesmo baralho.

Como se observa, a política policial e não a política social foi o receituário usado pela classe dirigente de Belém para enfrentar as expressões da questão social local desde a segunda metade do século XX. Assim, não estranha que os problemas sociais em Belém tenham se agravado ao longo da década de 1950. No início da década seguinte, o cenário social local era ainda pior, como registra um artigo do dia 26 de abril de 1960, no jornal A Província do Pará publicou, coluna Crônica da Cidade, sob o título “Crianças e Mendigos”. Nela, o autor fala da existência e do crescimento, diário, de crianças mendigos e menores abandonados que ficavam pedindo esmolas ou comida nas vias públicas, nas paradas de ônibus e portas das casas:

Há, também, as crianças que, talvez induzidas pelos mais velhos (o coração humano tem mais compaixão dos pequeninos) andam diariamente de “porta em porta” pedindo um prato de comida. Já se podem considerar uma legião. Dia a dia seu número aumenta. Somente no bairro do Umarizal e em algum pedaço do bairro do Telégrafo Sem Fio elas existem às dezenas. Diz-nos, um missivista, que somente em um dia bateram à sua porta, pedindo comida, nada menos do que dezesseis crianças. E explica-nos. Mesmo que quisesse, dada a minha formação cristã, atender a estas crianças, seria humanamente impossível. *Uma pessoa que vive de salário, numa época como esta, não poderá repartir seu almoço com dezesseis crianças* (grifo meu).

Vadiagem, prostituição, mendicância, criminalidade, jogos de azar, religiosidade e charlatanismo religioso estão, portanto, entre as expressões mais fortes do cenário social

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

belenense do início da segunda metade do século XX. Consequências da crise da economia gomífera e expressões de como esta crise se repercutiu sobre os membros dos estratos mais subalternos da classe trabalhadora local.

Vivia-se em pleno regime democrático, mas as classes dirigentes locais adotaram uma postura policial contra a questão social em oposição a uma postura política que deveria prevalecer neste tipo de contexto.

Esta postura pode ser caracterizada como expressão de uma cultura política democrática superficial, termo que alude à expressão “modernização da superfície”, cunhado por Daniel Brito (2001) para se reportar ao processo de modernização experimentado pela sociedade amazônica no século XX.

Esta modernização superficial tem entre suas características a concentração dos benefícios das conquistas econômicas, políticas, tecnológicas, culturais da modernidade capitalista nas mãos das elites locais, enquanto uma massa de pessoas permanece às margens desta modernidade, sofrendo rejeições, sanções e represálias.

Assim, é uma modernidade que não cria raízes sociais, políticas, culturais e econômicas profundas, que não resulta em instituições capazes de integrar as massas não-integradas, reduzir as desigualdades, ampliar as oportunidades e espalhar os benefícios da modernidade para todos os segmentos sociais (BRITO, 2001).

O tratamento repressivo dispensado aos segmentos mais desintegrados da classe trabalhadora -vagamundos, mendigos, prostitutas, viciados, criminosos etc.- foi estendido, como se verá, aos vendedores informais ambulantes.

É, portanto, dentro destes referenciais teóricos e históricos que cabe a seguinte problemática:

Quais recursos úteis escassos ocuparam o centro dos conflitos envolvendo, no período aqui referido, trabalhadores informais ambulantes do CCB, de um lado, e, de outro, empresários, dirigentes e agentes dos estratos sociais mais elevados da sociedade belenense? Qual modelo de tratamento foi estabelecido entre os estratos sociais mais elevados e estes trabalhadores ao longo deste período? O que explica tal modelo e qual sua função social?

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Trabalha-se com a hipótese de que os recursos úteis em disputa são formas de capital econômico e simbólico. Que o modelo de tratamento que emergiu deste período é de tipo repressor. O mesmo está relacionado a um *habitus* de classe e funciona como um dos mecanismos de reprodução das posições de classe destes sujeitos.

2.2. Metodologia

A metodologia utilizada para realizar este estudo de trajetória envolveu o levantamento de dados primários em campo, através de entrevistas semiestruturadas. Estas entrevistas foram realizadas com os trabalhadores ambulantes mais antigos do CCB e tiveram por finalidade obter informações históricas sobre a atividade por eles desenvolvida neste espaço. O nome dos entrevistados foi trocado por pseudônimos ao longo do texto, por se tratar de pessoas ainda vivas.

O recurso à memória foi importante porque o levantamento de dados referentes a este período sobre esta atividade em fontes oficiais e, mesmo, na imprensa local se mostrou inviável, uma vez que não havia acompanhamento sistemático da mesma.

Para a utilização das memórias destes agentes como fonte de informações históricas verdadeiras trabalhou-se com a perspectiva adotada pela metodologia das representações sociais, segundo a qual as representações e leituras que os sujeitos fazem de sua realidade e sua vivência comuns podem ser tomadas como verdadeiras quando se mostram aproximadas (MOSCOVICI, 1978; SÁ, 1996; JODELET, 2001; OLIVEIRA, 2004). Assim, nos relatos dos entrevistados, procurou-se verificar a proximidade ou não das suas narrativas quanto aos eventos e fatos que eram levantados.

Também foram obtidos dados junto a documentos das entidades organizativas destes trabalhadores, principalmente a Associação dos Ambulantes do Centro Comercial de Belém (AACCB), cujas lideranças buscaram preservar a história da categoria dos anos de 1980 à atualidade.

Outra fonte importante foi o jornal A Província do Pará, que integrava um dos veículos dos Diários Associados e era um dos principais veículos de comunicação do período aqui abordado. Este jornal também pode ser considerado um porta-voz dos interesses

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

dominantes de então. Dele foram lidas dezenas de edições e selecionadas passagens ilustrativas de momentos específicos do período estudado.

A análise dos dados obtidos, portanto, segue uma metodologia interpretativa, com base no referencial teórico trabalhado anteriormente e nos resultados alcançados.

3. O COMÉRCIO INFORMAL AMBULANTE NO CENTRO COMERCIAL DE BELÉM DE 1950 À DÉCADA DE 1980

O comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no CCB já estava aquecido em 1950 e este fato está diretamente associado à crise da economia gomífera no interior do estado e na capital, a qual lançou milhares de trabalhadores no desemprego e na informalidade (PIRES, 2014).

Os dados numéricos deste comércio nas décadas de 1950, 1960 e 1980 são, ao que consta, inexistentes, pois este autor não os encontrou nem em relatos de jornal nem junto à prefeitura, que parece não ter se preocupado em manter um controle sobre esta atividade neste período. Galvão (1989), em estudo sobre o setor informal na Região Metropolitana de Belém, aponta estas dificuldades de conseguir dados sobre o segmento em questão mesmo no contexto da década de oitenta. De acordo com a autora:

Observações empíricas, revelam que dezenas de milhares de pessoas ocupam lugares nas vias e logradouros públicos para exercer suas atividades ditas de “sobrevivência” agregadas tanto no centro comercial, como em feiras, mercados e nas periferias. **Como este contingente cresce vertiginosa e diariamente, e não existem estudos específicos e periódicos sobre o assunto, fica difícil apresentar, ao nível deste trabalho, uma mensuração mais exata dos trabalhadores informais na RMB (Grifo nosso).** A previsão que se pode fazer é que um contingente de trabalhadores cada vez mais crescente, terá como única opção voltar-se para o setor informal submetendo-se na maioria das vezes a ocupações de baixa produtividade, rendimentos muitos baixos sob jornadas exaustivas de trabalho e quase sempre sem, ainda que precária para os trabalhadores do setor formal, garantia de previdência (GALVÃO, 1989, p.28).

Ante esta escassez de dados, este autor recorreu à memória dos mais antigos membros desta atividade para, pelo menos, ter uma noção aproximada do contingente destes trabalhadores neste período na área do CCB. Os dados que são apresentados aqui, portanto, constituem uma aproximação.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

De acordo com Mestre Antônio e Mestre Zazá, que praticam esta atividade no CCB desde o início dos anos de 1960 e ingressaram ainda jovens na mesma, neste período havia entre 300 e 400 trabalhadores nesta área. Dona Gorete das Dores, que entrou na metade da década de 1960 para a atividade, aos 13 anos de idade, estima que havia entre 250 e 300 trabalhadores nesta área também neste período. Assim, com base nas médias destes relatos, pode-se estimar um número próximo a 330 trabalhadores ambulantes no comércio informal no CCB nesta década.

Os três concordam, entretanto, que, por razões que serão posteriormente expostas, houve redução significativa do contingente destes trabalhadores na década de 1970, ficando a cima dos 150, mas não ultrapassando os 200. Do mesmo modo, a média destes relatos permite estimar um número em torno de 175 trabalhadores nesta década. Aliás, como Dona Gorete ingressou na atividade no final dos anos de 1960, possivelmente fala em números menores porque já estava em voga o processo de redução deste contingente.

No contexto crítico dos anos de 1950, e dado o fato de que é uma década de crescimento desta atividade, pode-se estimar, com base numa média de crescimento de 10% ao ano do contingente, entre 200 e 250 trabalhadores “ambulantes” praticando o comércio informal no CCB. Deste modo, no contexto dos anos de 1950 e 1960, estes trabalhadores formam mais um segmento social indesejado, que incomoda a sociedade local.

Recém saída do esplendor econômico da borracha e cultural da *belle époque*, marcado pelas grandes construções arquitetônicas e obras de urbanização, a elite política e empresarial belenense respondeu a este fenômeno por meio da repressão política, policial, simbólica e ideológica, fato que reflete a modernização superficial que a mesma experimentou ao longo do ciclo de prosperidade.

Uma das inúmeras crônicas jornalísticas deste período retrata com fidedignidade o incômodo causado por estes trabalhadores aos estratos superiores da sociedade belenense e o tratamento que a eles deveria ser dispensado. Sob o título “Comerciantes e ambulantes”, um cronista indicava como o comércio informal deveria ser enfrentado em Belém. De acordo com ele, naquele ano, na cidade do Rio de Janeiro, “os varejistas de joias e relógios **fundaram o seu órgão de classe para tratar de suas próprias reivindicações, que são a repressão aos**

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

vendedores ambulantes (*Grifo nosso*)”. E dá a entender que o mesmo receituário deveria ser aqui adotado:

Não é só na Capital Federal que há essa chusma de vendedores ambulantes de todos os gêneros e utilidades que se postam em frente ou nas mediações das casas comerciais fixas, estabelecendo, com assentimento da prefeitura, desleal concorrência ao comércio fixo. Aqui em Belém verdadeira legião de vendedores ambulantes estão espalhados pela rua João Alfredo e na doca do Ver-o-Peso, com suas tendas rústicas armadas nas vias públicas, onde se vendem lenços, meias, quinquilharias, panelas de alumínio e quanta cousa existe [...] Em nossa capital, de tempos para cá, cresceu de tal maneira o número de ambulantes que alguns botequins e confeitarias da avenida Portugal foram transformados em “bric-à-brac”, colocando o comércio fixo da circunvizinhança num verdadeiro círculo de ferro (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11/02/1950).

O texto é explícito na mensagem que quer passar: o empresariado precisa se organizar para reprimir os vendedores ambulantes. É a mesma repressão que se conclama contra aqueles que se encontram um pouco mais a baixo na estrutura social: vagabundos, mendigos, prostitutas, criminosos, desempregados. Este é o sentimento que move a mentalidade e a ação das elites econômicas e políticas belenenses contra os estratos mais desfavorecidos da classe trabalhadora local neste momento de crise.

Tal como as demais expressões da questão social, o comércio praticado por vendedores ambulantes cresceu durante a década de 1950 em Belém e seu crescimento foi acompanhado do acirramento dos conflitos entre os agentes que o praticam contra agentes empresariais e autoridades públicas.

Assim, uma década após “subliminarmente” conclamar o empresariado a se organizar para reprimir os vendedores ambulantes, o jornal A Província do Pará do dia 22 de março de 1960, em crônica intitulada “Comércio e Comerciantes” informava que:

Passando da palavra à ação, os comerciantes pretendem enfrentar a inércia da Prefeitura na repressão ao comércio de “marreteiros” com uma espécie de greve tributária. Deixarão de pagar impostos nos prazos previstos em lei, com o que deixarão a prefeitura sem o dinheiro que espera arrecadar nestes próximos meses.

O agravamento do comércio informal autônomo no CCB, portanto, arregimentou alguns comerciantes numa luta mais organizada contra os “marreteiros”. Se, entretanto, da parte destes o que está em disputa é o capital econômico que se encontra ameaçado pela concorrência dos produtos similares vendidos pelos ambulantes, da parte de outras camadas das classes dirigentes locais prevalece a disputa de capital simbólico. Assim, no prosseguimento do mesmo

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

texto anterior, o cronista, de forma jactante, menospreza até os produtos vendidos por estes trabalhadores:

Ocorre, porém, que o comércio ambulante ou de marreteiro lida com mercadorias que pouco ou quase nada necessitamos. São quinquilharias, apresentadas como grande novidade, para facilitar o trabalho de donas de casa, para dar maior duração à lâmina de barbear ou maior duração a copos, pratos e xícaras. Vez por outras, vem um monte de blusas femininas de muito mau gosto, que encaharam nas lojas (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22/03/1960).

O CCB como espaço da alta sociedade local, de *status*, glamour e das altas posições sociais está presente nas lembranças dos vendedores ambulantes mais antigos, remanescentes deste período e com os quais este autor pode aprender bastante sobre este momento da história desta atividade. Mestre Antônio, artesão, já referido anteriormente, é uma memória viva da história desta atividade nas últimas cinco décadas. Em uma das entrevistas concedidas a mim, ele relata:

Eu comecei a trabalhar nos anos de 1960, logo que eu cheguei aqui... eu comecei, pra ser mais preciso, na... lá na... na av. Portugal a trabalhar aqui no CCB, logo que eu cheguei em Belém. Eu comecei vendendo pastel lá na avenida Portugal com a João Alfredo. **Ali era o lugar da Belle Époque, aquelas coisas chiques, café Santos, tudo de bom naquele período** (*Grifo nosso*). No entanto, se trabalhava lá, a perseguição naquele tempo era muito grande, porque era proibido qualquer tipo de venda de ambulante no meio da rua. E a gente vivia correndo pra lá, correndo pra cá e tinha que ir sobrevivendo assim.

Saudosista da *Belle époque*, os demais segmentos dos estratos sociais superiores da sociedade local endossavam a repressão política e a violência simbólica aos vendedores ambulantes numa tentativa de preservar seu capital simbólico, intimamente associado à paisagem, aos monumentos, às avenidas, construções que embelezavam o CCB.

3.2.1. O regime militar: consolidação do modelo repressor e mudanças de estratégias

O modelo repressor de tratamento direcionado ao segmento de trabalhadores autônomos do comércio informal em Belém se consolidou a partir de 1964, com a instauração do regime militar no Brasil. A violenta repressão teve como consequências principais:

- a) Redução do número de pessoas nesta atividade;
- b) Mudança das estratégias de produção dos produtos comercializados por estes trabalhadores;
- c) Mudança das estratégias de venda.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Mestre Antônio relata sobre o aumento das dificuldades de trabalhar no comércio informal a partir da instauração do regime militar, em função da proibição que recaiu sobre esta atividade e do aprofundamento da repressão, que antes existia em forma de perseguição política e nos discursos midiáticos, mas se tornou pior com o uso da violência. De acordo com ele:

principalmente depois da revolução [de 1964] o ‘bicho pegou’... Levei muita butinada na canela. Eles chegavam, pegavam a mercadoria, prendiam, era horrível! Mas não era muito diferente do que é hoje não, era quase a mesma coisa, só que começou lá, depois da revolução, a violência contra a gente. **Antes era tranquilo, eles perseguiam, mas não batiam. Depois da revolução é que ficou assim** (*Grifo nosso*).

A passagem em negrito foi destacada porque é ilustrativa da continuidade, no regime democrático, da política repressiva iniciada durante a ditadura militar. De fato, como se verá mais adiante, esta tem sido a postura do Estado e do empresariado contra estes trabalhadores ainda na atualidade.

Outrossim, como notado, a repressão violenta fez com que muitos trabalhadores desistissem da atividade ou adotassem outras estratégias de produção e venda para labutar. Assim, alguns aprenderam ofícios de artesão, sapateiro, alfaiataria, relojoaria, pintura em tecido, entre outros.

Mestre Antônio foi um dos que aprenderam o ofício de artesão e mudou sua estratégia de produção e venda. No início dos anos de 1970, “cansado” da repressão, da violência policial, de levar “botinada na canela” ele aprendeu a fazer bolsas e passou a produzir para fornecer para comerciantes locais: “Aí eu aprendi a fazer bolsa, passei a trabalhar fazendo bolsas, mas isso por volta de... dos anos setenta já...”.

Os produtos artesanais produzidos por estes trabalhadores passaram a ser relativamente bem aceitos pelas elites econômicas e políticas locais, pois muitos comerciantes compravam destes produtos a baixos preços para seus estabelecimentos. Ademais, agradava aos turistas, que procuravam por *souvenirs*, e, assim, ao setor de turismo da cidade, que encontrava nestes artesanatos um modo de agradar seus clientes. Por fim, esta produção mobilizava toda uma cadeia produtiva local que ia de pequenas empresas familiares nos bairros até o comércio de produtos no centro comercial, gerando ocupações e renda para várias pessoas.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Em matéria de capa do jornal A Província do Pará, de 26 de maio de 1984, intitulada “Presidente Vargas, um caso mais sério do que se pensa”, o cronista explicita a aceitação, ao longo da década de 1970, alcançada pela atividade a partir deste novo formato.

Ponto preferido pelos artesãos que surgiram na década de setenta, a Presidente Vargas sempre foi um local estratégico para vendas. Especialmente pelo número de turistas que por ali trafega. Até o final da década, este tipo de comércio não chegava a preocupar a população, que até incentivava a produção dos artesãos, certa de que era melhor trabalhar do que procurar a sobrevivência por outros meios.

Entretanto, aqueles e aquelas que não aprenderam um ofício, mas, sem outras opções, precisavam continuar na atividade para garantir a reprodução também adotaram novas estratégias para oferecer seus produtos. A principal foi a oferta de produtos em telas, que são estruturas de pano ou de ferro onde eles penduram alguns produtos e saem vendendo pelas ruas, ou em tabuleiros, que são pequenas caixas portáteis de fácil condução. A estratégia era facilitar a fuga a qualquer ameaça policial.

Portanto, a harmonia e aceitação só foi possível para aqueles que mudaram suas estratégias e levaram a atividade a alcançar um formato tal que se tornou funcional tanto aos interesses econômicos quanto simbólicos do empresariado e estratos sociais superiores da sociedade. Àqueles que não se enquadraram neste formato continuou sendo oferecido o tratamento repressivo costumeiro.

Mesmo com a repressão, entretanto, a atividade sobreviveu e, na década seguinte, voltou a crescer até se tornar um dos principais setores de absorção de sujeitos oriundos dos estratos mais subalternos da classe trabalhadora local.

3.2.2. A década de 1980: colapso do modelo econômico militar, novas mudanças no comércio ambulante no CCB e persistência do modelo repressivo

A crise econômica anunciada no final da década de 1970 e agravada no início dos anos oitenta levou, em Belém, milhares de trabalhadores ao desemprego e, novamente, ao comércio informal praticado nos espaços públicos como estratégia de ocupação e reprodução (GALVÃO, 1989; PIRES, 2014).

O dinamismo industrial na Zona Franca de Manaus e o início da invasão de produtos chineses importados também ajudou a agravar a situação nesta atividade, uma vez que aquela

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

parcela de trabalhadores que haviam migrado para o artesanato, a confecção e outros ofícios durante os anos de 1970 foi obrigada a abandonar esta estratégia de sobrevivência em função do crescimento dos produtos importados, mais baratos e mais procurados pelos consumidores.

Um estudo conduzido pela Fundação Papa João XXII (FUNPAPA), que seria utilizado pelo poder público para a fracassada política de organização desta atividade no CCB em 1984, consta que, neste ano, existiam mais de 600 ambulantes nesta área. A concentração dos mesmos se dava, mormente, nas ruas João Alfredo, Santo Antônio, Portugal, Av. Presidente Vargas e na “aristocrática” Praça da República.

O jornal A Província do Pará, na longa matéria de capa do dia 26 de maio de 1984 mencionada anteriormente, registrou o crescimento acelerado desta atividade em função do colapso do modelo econômico militar:

Com o agravamento da crise econômica, no entanto, e o conseqüente desemprego, a avenida [Presidente Vargas] passou a ser procurada por todo tipo de marreteiro, e no rastro destes chegaram até verdadeiras empresas, com pontos de venda em diversos pontos da cidade [...]. Estendendo-se desde a Praça da Sereia até a Gaspar Viana, o comércio ambulante da Presidente Vargas tem merecido constantes críticas por parte de diversos segmentos da população, por atravancar o trânsito, pela sujeira e pela concorrência com os comerciantes estabelecidos na área, mas a situação econômica faz com que este tipo de comércio cresça a cada dia, sem que se possa fazer muita coisa para impedi-lo. Expulsar os ambulantes apenas criaria um foco de conflitos sociais. Disciplinar suas atividades tem sido a posição das autoridades municipais, juntamente com o comércio lojista, mas até agora muito se falou, e nada se fez [...].

Apesar da crise do modelo econômico e político militar, persistiu o modelo repressivo de tratamento dado a esta categoria pelo empresariado e dirigentes públicos locais. Assim, em 1984 foi montado um grupo de trabalho que ficou responsável por apresentar um projeto de remanejamento de todos os trabalhadores das principais vias, tais como av. Portugal, rua João Alfredo, Praça da República e av. Presidente Vargas, para locais específicos.

De concreto, resultou o camelódromo do Largo das Mercês, primeiro e único local onde deu certo um comércio popular organizado em Belém, o qual permanece até a atualidade. Nos demais locais para onde a prefeitura tentou deslocar estes trabalhadores o projeto já nasceu morto, pois os mesmos envolviam praças, como a Praça do Estivador, e prédios abandonados por onde, praticamente, não havia circulação de trabalhadores. Assim, pouco tempo depois,

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

restou a estes trabalhadores a única opção de voltar para as vias públicas e resistir às ações de “desocupação” por parte do poder público local.

Foram inúmeras as tentativas de desocupação realizadas pela Prefeitura durante os anos de 1980. Os trabalhadores criaram a expressão “rapa” para se referir aos fiscais da prefeitura que, com apoio policial, faziam operações surpresa de combate à atividade: desmontavam e destruíam as “barracas de venda”, prendiam as mercadorias dos trabalhadores, espancavam, prendiam, processavam trabalhadores e montavam vigilância para impedir o retorno dos mesmos. Tudo em vão, porque se os proibiam numa área eles migravam para outras e, assim que o poder público se descuidava, voltavam para as vias de maior movimentação.

Porém, a repressão se agravou ainda mais na virada da década de 1980 para a de 1990. Neste momento, Belém foi governada por dois representantes diretos dos comerciantes locais: Sahid Xerfan, que governou de 1º de janeiro de 1989 a 2 de abril de 1990, e Manoel Augusto da Costa Rezende, vice-prefeito de Xerfan, que governou de 2 de abril de 1990 a 1º de janeiro de 1993. Os dois eram grandes comerciantes locais que receberam forte apoio da sua categoria para se eleger.

Em relatório obtido junto ao fundador e primeiro presidente da Associação dos Ambulantes do Centro Comercial de Belém (AACCB), senhor Duarte, constam quatro processos de retiradas dos trabalhadores de vias públicas do CCB de 1989 a 1991. Em 1992 houve mais uma retirada. Nos relatos dos trabalhadores mais antigos, assim como no do próprio Duarte, constam as lembranças deste tempo. Dona Zilmar, presidente atual da AACCB, relembra parte da história que ela vivenciou nos anos de 1980 e que culminou com a criação desta associação:

Eu já... eu já sofri aqui dentro do comércio três... duas desocupações de retirada do centro comercial. Uma tirou todo mundo, aí eu num... num... num fiquei trabalhando... aí depois tiraram a gente da João Alfredo, das transversais, de tudinho [*Quem foi que tirou? Pergunto*]... foi na época, eu num sei nem te dizer... não sei se foi o... num me lembro quem tirou. Eu sei que a última que tiraram a gente total foi em noventa e um, na época que o Duarte fundou a associação justamente porque os trabalhador vinha sofrendo essas retirada, e precisava fundar a associação pra poder defender o trabalhador. Aí, foi quando tiraram a gente em noventa... por aí... noventa e um... foi na época que fundaram a associação. Tiraram a gente e jogaram lá pra praça do... do Liberal, que chamam Praça do Estivador. Lá nós ficamos lá um bocadinho de tempo lá...

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

um ano ou foi dois... aí foi na época que.... parece que o Coutinho Jorge⁶ ... não lembro que qual foi a época do prefeito que ganhou e a gente voltou.

O retorno à democracia, portanto, não favoreceu à adoção de uma postura mais democrática no tratamento oferecido pelo poder público e empresariado local ao comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no CCB. Ao invés disso, observou-se a perpetuação do modelo repressivo. Este modelo se estendeu pelas décadas de 1990, 2000 e chegou aos dias atuais. Contudo, este período será objeto de outro estudo.

As frentes de combate que as camadas dirigentes locais abriram contra estes trabalhadores envolveram estratégias policiais, políticas, econômicas e simbólicas. Na frente simbólica, utilizou-se, principalmente, um discurso midiático carregado de violência.

Pires (2008), analisou o discurso do empresariado e da imprensa belenense sobre estes trabalhadores. Na avaliação deste autor, este discurso é portador de uma violência simbólica que se funda numa unidade discursiva fortemente marcada por estereótipos e estigmas que criminalizam, discriminam, imoralizam e responsabilizam o comércio informal praticado pelos trabalhadores ambulantes do EP. Esta violência simbólica se reflete, nestes agentes, em forma de uma violência moral, psicológica e, ao mesmo tempo, junto à população civil, serve para legitimar práticas de violência física contra estes trabalhadores.

Como se pode observar ao longo deste estudo, esta violência é prática corriqueira da imprensa e do empresariado local desde os anos de 1950. Ela constitui, assim, um *habitus* de classe, um sistema de informações, valores e disposições que orientam as ações e relações destes estratos sociais contra a atividade aqui analisada. A persistência do modelo repressivo em pleno vigor de um regime democrático está associada à persistência desta cultura, definida como uma cultura democrática superficial, mais do que à persistência de estruturas econômicas e políticas ineficientes, incapazes de solucionar os problemas observados neste contexto.

Deste modo, juntamente com os demais fatores de ordem econômica, cultural e de qualificação profissional (PIRES, 2008, 2014), esta cultura democrática superficial, que se fundamenta na disseminação de diversas formas de violência simbólica contra estes

⁶ Fernando Coutinho Jorge foi prefeito de Belém de 1986 a 1989.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalhadores e na adoção de práticas políticas e físicas repressivas contra os mesmos, é outra importante variável que explica a perpetuação e o agravamento do comércio informal ambulante no CCB.

3.2.3. O capital econômico em disputa entre trabalhadores ambulantes do comércio informal e empresariado do CCB

Ao longo deste estudo, a linha interpretativa que conduz as principais interpretações dos conflitos entre os trabalhadores ambulantes do comércio informal e o empresariado do CCB é a disputa por um recurso escasso específico, o capital econômico. Porém, quais são os produtos vendidos por estes trabalhadores que afetam os interesses do empresariado ao longo das décadas analisadas? A seguir, faz-se uma síntese destes produtos com base nas fontes aqui utilizadas. De modo geral, os produtos que mais se destacavam nas vendas dos trabalhadores ambulantes do CCB entre os anos de 1950 a 1980 eram:

- **Nos anos cinquenta e sessenta:** jogos de azar, fotografia, cartomancia, venda de carne, peixe e camarão em vias públicas, além do comércio de bijuterias, cigarros, relógios, painéis de alumínio, sapatos, meias, lenços, roupas populares, brinquedos, bombom regional e importado, artigos de época –bambolê, iô-iô, peteca, pião.
- **Nos anos setenta:** destacam-se a venda de artigos de época e comidas típicas –tacacá, vatapá, caruru, tapiquinha, bombom regional e importado e, com a repressão política do regime militar, ganham terreno as vendas de bolsas, calçados –sapatos e sandálias - e roupas, estes três fabricados por produtores locais.
- **Na década de 1980:** intensifica-se o comércio de roupas, bolsas e calçados, mas grande parte destes deixam de ser fabricadas em Belém e passam a ser importadas do Ceará e de Goiânia. Também ao longo desta década ganham destaque as vendas de produtos de papelaria, principalmente canetas, cartões postais, envelopes, borrachas escolares, bombom regional e importado, lápis de cor e lapiseiras, além de brinquedos infantis, frutas, cintos, comidas típicas, relógios digitais da Zona Franca de Manaus, pulseiras, óculos, brincos, colares e tábuas de com gravuras.

São, assim, produtos que competem com produtos similares de inúmeros comerciantes estabelecidos nesta área, o que implica, como os mesmos se queixam, na redução de suas vendas e lucratividade. Daí porque o conflito ser inevitável.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

3.2.4. O capital simbólico em disputa entre trabalhadores ambulantes do comércio informal do CCB e os estratos sociais dominantes da sociedade belenense

Do mesmo modo que o capital econômico, sustentou-se neste estudo que o conflito contra os trabalhadores ambulantes do comércio informal em Belém se explica pela disputa de capital simbólico contra os estratos mais bem posicionados na estrutura social local. Para estes estratos, desde o início do século XX, com o esplendor da economia gomífera e da *belle époque*, este capital esteve muito ligado à paisagem, ao espaço que ocupam, aos grandes monumentos e construções –teatros, praças, cinemas, avenidas, casarões, calçadas, salões de bailes etc.- que embelezavam o centro da cidade, onde frequentavam os distintos da sociedade e onde se encontrava o glamour mais sofisticado.

Foram exatamente nestes espaços que se concentrou o indesejado comércio ambulante no CCB, como na lista a seguir:

- **Nas décadas de cinquenta e sessenta:** principalmente, rua Treze de Maio, Av. Castilhos França, Av. Portugal, Praça da República e rua João Alfredo.
- **Na década de 1980:** além dos locais acima, ganha destaque Av. Presidente Vargas, Praça das Mercês, rua Santo Antônio e Padre Eutíquio.

No conflito simbólico contra estes trabalhadores, os próprios termos para os identificar foram mudando ao longo do tempo. Assim, nos anos de 1960 eram chamados de “marreteiro”. Neste período, os termos “autônomo” e “camelô” muito raramente aparecem nas reportagens. Nos anos de 1980, passaram a ser chamados de autônomos e camelôs.

Estas mudanças de tratamento não são simples alterações nomenclaturais, elas fazem parte da estratégia dos setores sociais dominantes locais para justificar e legitimar a perpetuação da política repressiva contra tais trabalhadores e sua atividade. Violência simbólica que se explica, em grande medida, como estratégia de defesa de capital simbólico.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio informal praticado por trabalhadores ambulantes no CCB teve um breve momento de aceitação, que foi ao longo da década de 1970 quando, em função da repressão do regime militar, esta atividade sofreu transformações em seu formato e se tornou funcional aos interesses econômicos e simbólicos dos estratos sociais dirigentes da sociedade belenense. O colapso deste formato nos anos de 1980, no lastro da crise do modelo econômico militar, rompeu a harmonia alcançada pela força com a categoria.

A repressão, que começou nos anos de 1950 sob a forma de campanha ideológica e política contra a atividade, avançou, na década seguinte, para a violência física, prisões, processos e humilhações, mesmo tratamento já dispensado às categorias marginalizadas de trabalhadores: prostitutas, vagabundos, criminosos, mendigos, entre outros.

Deste modo, de 1950 a 1980 foi consolidado um modelo repressor de tratamento da questão social em Belém. Como expressão desta questão, a atividade aqui estudada também foi encaixada neste modelo, o qual se tornou, portanto, o padrão de racionalidade que orientou as ações e relações do empresariado, estratos dominantes e poder público para com este segmento de trabalhadores.

O portfólio dos produtos que ofertam e os consumidores que conquistam explica o conflito com o empresariado da área em questão, isto é, é um conflito decorrente, fundamentalmente, da disputa por capital econômico.

Mas não foi apenas a disputa por capital econômico que esteve em jogo neste conflito. Membros de estratos sociais bem posicionados da sociedade local, herdeiros da cultura, dos costumes, do modo de vida da elite da *belle époque*, também se ressentiram da perda de valor simbólico do centro comercial da cidade.

Este valor simbólico, materializado em praças, como a Praça da República, “a mais aristocrática da cidade”, largas avenidas, calçadas, ruas, casarões, monumentos, cafés, salões de festa que preservavam os requintes aristocráticos da época de esplendor, foi ameaçado e, em grande medida, destruído pela presença indesejada destes trabalhadores subalternos, pobres,

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

maltrapilhos, com suas “barracas de venda” de estilo visual pouco atraente, carregadas de “mercadorias de péssimo gosto”.

Assim, além se envolverem em disputas e, conseqüentemente, em conflitos por recursos econômicos, ao ocupar uma área considerada nobre, símbolo de posição social elevada, de glamour, de estilo de vida diferenciado, estes trabalhadores se envolveram em disputas e em conflitos simbólicos, por recursos simbólicos, símbolos de diferenciação.

É a disputa por estes dois recursos principais que explica, em primeira mão, o conflito e o modelo de tratamento democraticamente superficial dispensado a esta atividade e segmento de trabalhadores. Mas, não apenas!

Subjacente a esta disputa também há a perpetuação de um *habitus* de classe, que aqui foi denominado de cultura democrática superficial. Tal cultura orienta as interpretações e compreensões que os estratos dominantes possuem desta atividade, assim como suas ações e relações com a mesma. Como este *habitus* é marcado por disposições autoritárias, o modelo de ação e relação que ele engendra segue o mesmo padrão.

É este modelo de tratamento, fundado em relações e práticas democráticas superficiais, repressoras, que define a trajetória desta atividade e, assim, a trajetória social dos sujeitos que dela utilizam como estratégia de reprodução social. É um modelo que limita as potencialidades econômicas, simbólicas e sociais da mesma, portanto, que viabiliza apenas a manutenção do estoque de capital econômico e simbólico necessários para perpetuar as condições subalternas de classe destes sujeitos.

Este mesmo modelo, por sua vez, que também resulta na ausência de iniciativas democráticas, de políticas públicas e sociais eficazes para emancipar as potencialidades desta atividade, evidencia uma estratégia dos estratos sociais mais bem posicionados da sociedade belenense para manter e elevar seu estoque de capital econômico e simbólico. Em outros termos, da parte destes estratos sociais, este modelo superficial é um dos mecanismos de reprodução de suas posições e condições sociais, seu estilo de vida.

Contudo, não é apenas este o modelo e o caminho possível de relação entre os sujeitos desta epopeia social. Caberia aos estratos dirigentes e bem posicionados da sociedade local entender que a defesa de seus recursos econômicos e simbólicos também pode ser

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

favorecida pela montagem de um modelo democrático mais enraizado, que passa pela utilização do poder público para efetivar políticas públicas e sociais diferentes capazes de qualificar esta atividade, ampliar as oportunidades sociais para integrar parte de seu contingente aos circuitos modernos da economia e mobilizar as potencialidades aí existentes para dinamizar a economia local. Exemplos desta última iniciativa estão espalhados pelo Brasil e mostram que é viável, só depende de uma postura pública comprometida e racional.

REFERÊNCIAS

- A Província do Pará. A polícia que falta. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 26 abr. 1960.
- _____. A praça e sua gente. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 27 abr. 1960.
- _____. Agrediram o ambulante. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 18 jan. 1950.
- _____. Ambulantes adiam decisão. **A província do Pará**, Belém, 02 fev. 1984.
- _____. Ambulantes infratores. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 01 fev. 1950.
- _____. Apelo justo dos moradores da Praça Justo Chermont. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 15 jan. 1950.
- _____. Avenida mercado: Presidente Vargas, um caso mais sério do que se pensa. **A província do Pará**, Belém, 26 mai. 1984.
- _____. Bairros tedioso de Belém. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 16 mar. 1947.
- _____. Coisas que acontecem. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 22 fev. 1947.
- _____. Comerciantes ambulantes. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 12 jan. 1950.
- _____. Comércio e comerciantes. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 22 mar. 1960.
- _____. Crianças e mendigos. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 08 abr. 1960.
- _____. Crise de habitação em Belém. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 15 mar. 1947.
- _____. DEP prendeu vários acusados. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 12 mar. 1960.
- _____. Enganada por um “marreteiro”. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 22 jan. 1950.
- _____. Feirantes levarão a proposta mas PMB não quer barracas . **A província do Pará**, Caderno-13, Belém, 04 mai. 1984.
- _____. Feirantes querem garantias contra violência. **A província do Pará**, Caderno-9, Belém, 01 nov. 1984.
- _____. Fugiram os ambulantes: ficaram os tabuleiros. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 04 mar. 1960.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

- _____. Jogo sem licença da polícia em S. Brás. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 01 abr. 1960.
- _____. Malabaristas em ação. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 10 fev. 1950.
- _____. Melhoramento urbano. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 18 jan. 1950.
- _____. Molecorio nas Praças Públicas. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 09 fev. 1950.
- _____. Multados por infrações: ambulantes, açougueiros por infringir tabelamento. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 21 jan. 1950.
- _____. Praça sem barracas após o carnaval. **A província do Pará**, Belém, 10 fev. 1984.
- _____. Presos por vadiagem. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 01 jan. 1950.
- _____. Presos por vadiagem. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 06 jan. 1950.
- _____. Presos por vadiagem. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 20 jan. 1950.
- _____. Presos quando jogavam dados no Ver-o-Peso. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 25 fev. 1947.
- _____. Profissão de ambulante pode ser regulamentada. **A província do Pará**, Belém, 16 fev. 1984.
- _____. Prossegue intensa a campanha da polícia contra o jogo. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 01 mar. 1947.
- _____. Retirantes acampados na praça. **A província do Pará**, Belém, 09 fev. 1984.
- _____. Retrospectiva-84: um ano de muitas apreensões em Belém, mas, afinal, tudo certo. **A província do Pará**, Retrospectiva, Belém, 02 jan. 1985.
- _____. Vagabundos nas praças públicas. **A província do Pará**, Crônicas da Cidade, Belém, 12 jan. 1950.
- _____. Vendedores ambulantes. **A província do Pará**, Fatos Policiais, Belém, 06 jan. 1950.
- BELÉM. **Diário Oficial do Município de Belém**. Belém-Pa, Ano XLIX, Nº 10.883.
- _____. **Lei nº 7.624**, de 1993. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento de Belém e dá outras providências. Belém, 1993.
- _____. **Lei nº 7.881**, de 06 de maio de 1998. Altera o artigo 2º da Lei nº 7.624, de 13 de maio de 1993. Belém, 1998.
- _____. **Lei Ordinário nº 7.862**, de 30 de dezembro de 1997. Dispõe sobre o comércio ambulante em Belém e dá outras providências. Belém, 1997.
- _____. Prefeitura. **Desenho socioeconômico da população de ambulantes que pratica o comércio informal no centro histórico de Belém**. Belém: Prefeitura de Belém, 2007.
- BLAU, P. M. **Introdução ao estudo da estrutura social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BONAMINO, A. *et al.* Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, nº. 45, 487-499, set./dez. 2010.
- BOUDON, R. Ação. *In*: BOUDON, R. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007b.
- _____. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

- _____. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, 96, II, p.105-115, jul. 2013.
- _____. BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007c. p.65-69.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **Meditações Pascalianas**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- _____. **Escritos de educação**. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2007c.
- _____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. **O poder simbólico**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Escritos de educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 5ª ed., Campinas: Papyrus, 1996a.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria dos sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia – Belém: UFPA/NAEA, 2001.**
- CARDOSO, Valdecir. Depoimento (26 de setembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DELGADO, Guilherme. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. *In*: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DUARTE, Antônio José da Silva. Depoimento (11 de janeiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.
- DUBAR, Claude. **A Socialização: construções das identidades sociais e profissionais**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- FREITAS, Raimundo Heleno Rosa. Depoimento (11 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.
- _____. Depoimento (17 de outubro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012b.
- _____. Depoimento (21 de setembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012a.
- GALVÃO, Georgina Tolosa. **Notas sobre setor informal e algumas considerações sobre o setor informal na Região Metropolitana de Belém**. Monografia (Especialização em desenvolvimento de Áreas Amazônicas), NAEA/UFPA, Belém, 1989.
- GRACILEIDE, Depoimento (11 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Operários e mobilidade social na Bahia: análise de uma trajetória individual. **ANPOCS**, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_05.htm. Acesso em: 15/10/2013.

JODELET, Denise. As representações sociais: um domínio em expansão. *In: _____*. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LIMA, Joaquim Silva. Depoimento (17 de outubro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012.

MEDEIROS, Márcia Cristina da Silva. Depoimento (12 de novembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedade: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.19, nº55, p.180-186, 2004.

PIRES, Válber de Almeida. **Informalidade, precarização do trabalho e exclusão social: um estudo dos Camelôs do Centro Comercial de Belém**. Monografia (Monografia de Conclusão de Curso), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

_____. **Os camelôs e a sociedade: um estudo dos camelôs do Centro Comercial de Belém pelo enfoque teórico da integração social**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

_____. **Nova informalidade entre os vendedores autônomos no centro comercial de Belém do Pará e o caso do Espaço Palmeira**. Tese (Doutorado em Sociologia), UFPA, IFCH, Belém, 2014.

PRESTES, Josiane. Depoimento. **Válber de Almeida Pires** (entrevistador). Belém, 22/01/2008.

RAMALHO, Raimundo. Depoimento (15 de março de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço da 25 de Setembro, 2014.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

SCALON, M. C. (org.) **Ensaio de Estratificação**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SÊGA, Rafael Augusto. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, nº13, p.128-133, jun./ 2000.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20, pp. 60-70/153-154, mai./jun./jul./ago. 2002.

SILVA, Maria Teodorina da. Depoimento (07 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014.

SILVA, Vera Lúcia Sena. Depoimento (19 de outubro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012.

_____. Depoimento (10 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, UEPa, 2014.

TAVARES, Isaias. Depoimento (07 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014a.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

_____. Depoimento (07 de novembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012a.

_____. Depoimento (09 de fevereiro de 2014). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2014b.

_____. Depoimento (09 de novembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012b.

_____. Depoimento (10 de dezembro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012c.

TAVOLARO, S. B. F. Variações no interior de um discurso hegemônico?: sobre a tensão “ação-estrutura” na sociologia contemporânea. **Teoria e pesquisa**, vol.XVI, nº01, p.97-125, jan./jun. 2007.

_____. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 20, n. 59, p.5-22, out. 2005.

WILLIAN, Antônio. Depoimento (31 de outubro de 2012). Entrevistador: **Válber de Almeida Pires**. Belém, Espaço Palmeira, 2012.

Estudos do Trabalho

Ano X – Número 24 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ANEXO 1: CENTRO COMERCIAL DE BELÉM E ESPAÇOS CONCENTRAÇÕES DO COMÉRCIO AMBULANTE

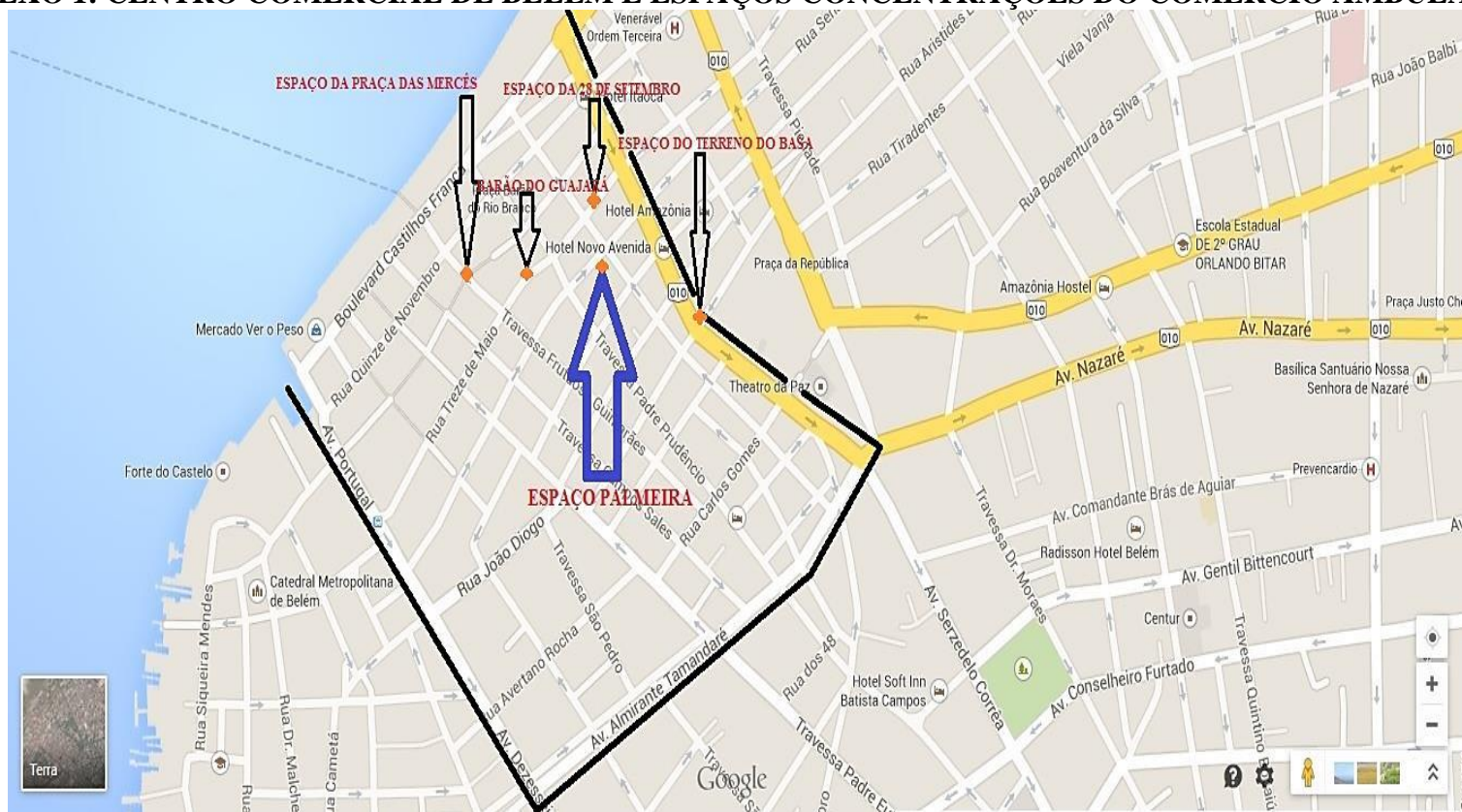


Figura 27. Mapa do quadrilátero que forma o centro comercial de Belém e a localização dos espaços de comércio informal autônomo na área. Belém, 2014.